

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15288 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT25 – Educação e Povos Indígenas

Dos(as) Amigos(as)-Ensinantes ao Projeto Étnico-Político de Educação Escolar Munduruku
Lucas Antunes Furtado - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Dos(as) Amigos(as)-Ensinantes ao Projeto Étnico-Político de Educação Escolar Munduruku

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar o processo de constituição da educação escolar Munduruku no período de 1920 a 1960. Em diálogo com os(as) interlocutores(as) Munduruku, foi possível delinear a trajetória histórica do povo no processo de compreensão e efetivação do projeto de educação escolar que está imbricada com o robustecimento da organização étnico-política em negociação para a fundação da organização jurídico-política, talhada na disputa por melhores condições de vida, entre elas, a conquista da educação escolar própria na TI Kwatá-Laranjal/Am. Quanto à metodologia, por conviver e trabalhar com as lideranças Munduruku no território, no período de setembro de 2021 a setembro de 2022, a pesquisa se configurou como participante, de abordagem qualitativa, utilizou-se a observação, diário de campo e coleta de narrativas como estratégias para o colhimento das informações. Isto posto, considera-se que a educação escolar Munduruku se tornou parte constitutiva dos projetos de vida, pontuando a necessidade de construir currículos e práticas pedagógicas interculturais, objetivando a formação política das novas gerações, conduzindo-os(as) a desenvolver as competências essenciais para ler, interpretar e intervir na realidade concreta. Isto é, a escola se torna mais um ritual para a formação de futuras lideranças Munduruku.

Palavras-Chave: educação escolar própria; movimento indígena; povo Munduruku.

Introdução

O artigo visa analisar as dinâmicas da educação escolar junto aos Munduruku no período de 1920 a 1960. Através de diálogos com os sujeitos indígenas, traçamos a trajetória histórica do povo Munduruku na compreensão e implementação de um projeto educacional que visou o fortalecimento da organização étnico-política.

Este processo está interligado à luta pela fundação de uma organização jurídico-política, centrada na melhoria das condições de vida, incluindo a conquista de uma educação escolar própria na Terra Indígena Kwatá-Laranjal/AM. Estudar a história da educação escolar no território é fundamental para entender as dinâmicas sociais e políticas que moldaram as ações de resistência Munduruku, bem como para valorizar e aprimorar as práticas educativas que atendem às suas necessidades específicas no presente.

A pesquisa adotou uma metodologia participante e qualitativa, baseada na convivência e trabalho com as lideranças Munduruku no período de setembro de 2021 a setembro de

2022. Utilizando observação, diário de campo e coleta de narrativas, a pesquisa evidenciou que o projeto educacional deve estar profundamente conectado ao movimento indígena Munduruku.

Este vínculo é crucial para o desenvolvimento de lideranças indígenas politicamente capacitadas, que contribuirão para a construção de uma realidade mais digna e desejável na Terra Indígena Kwatá-Laranjal/AM.

Método

Desde 2012, o nosso engajamento político com os Munduruku tem sido focado na construção colaborativa de conhecimentos para transformar a realidade, especialmente no contexto da educação escolar indígena.

Dessa forma, avançamos para a formulação do problema de estudo: como se deu o processo de constituição do projeto de educação escolar na TI Kwatá-Laranjal? Seguido do objetivo geral: analisar o projeto de educação escolar Munduruku e sua constituição no território.

Adotamos procedimentos metodológicos que envolveram os interlocutores para produzir conhecimento em parceria com o movimento indígena Munduruku, seguindo uma perspectiva sentipensante (FALS BORBA, 1982). Utilizamos *observação*, *diário de campo* e *recolha de narrativas* para coletar e compartilhar informações.

Entendemos que a *observação* é parte essencial de uma pesquisa qualitativa, pois é a porta de entrada do eu-pesquisador na vida comunitária, assim como afirma Arias (2010, p. 37) “[...] lo que nos permite la recopilación directa de información en el mismo escenario en el que se desenvuelve la vida real y se construyen los procesos y hechos socioculturales”. Dessa maneira, convivendo com os interlocutores da pesquisa e, por construir laços afetivos no cotidiano, colhemos as informações necessárias para o estudo no período de setembro de 2021 a setembro de 2022.

Nesse período, a *observação*, como técnica de pesquisa, permitiu estabelecer relações objetivas e compreender a imersão sociocultural e política nas aldeias dos Munduruku, ajudando a entender as redes e significados presentes na realidade concreta.

Nesse processo de pesquisa, visando à apreensão do cotidiano, o uso do *diário de campo* foi estratégico para auxiliar o estudo. Ele possibilitou tecer uma descrição minuciosa e densa do contexto sociocultural e político, objetivando em geral o “[...] aprofundamento reflexivo sobre as experiências vividas no campo da pesquisa e no campo da elaboração intelectual” (MACEDO, 2010, p. 133).

Escrever sobre o cotidiano fundamentou a reflexão sobre os processos e a dinâmica da pesquisa, ajudando-nos a entender como nossos anseios como pesquisadores se relacionam na

pesquisa de campo.

Sob essa perspectiva, o eu-pesquisador foi se constituindo com os interlocutores do estudo na relação com os fenômenos analisados, significando um dispositivo de autoformação permanente e política. Entende-se como processo de humanização complexa e colaborativa “[...] ao aceitar a lógica do inacabamento que qualquer teoria coerente do sujeito deve exercitar” (MACEDO, 2010, p. 134).

Já a *recolha de narrativas* foi mais uma técnica necessária para entender e interpretar o fenômeno de estudo proposto. Convém dizer que ela não foi usada como uma forma de “coleta de dados” no sentido positivista do termo. Isso seria, em nosso entendimento, simplificar o seu potencial dialógico, sua flexibilidade e abertura para a clarificação do fenômeno a partir das percepções das lideranças e representantes Munduruku, como explica Arias (2010, p. 384) “[...] es una construcción dialogal [...] nos permite acercarnos a las tramas de sentidos, a los significados y significaciones de la acción social [...]”.

Coletivamente, construímos roteiros abertos para a recolha de narrativas, que se expandiram durante as vivências, visando compreender os sentidos atribuídos à educação escolar Munduruku. A recolha, ocorrendo em diversos momentos e espaços, permitiu conversas significativas – de coração a coração - com as lideranças Munduruku.

As informações colhidas tornaram-se registros dinâmicos e dialéticos das experiências vividas, revelando inspirações e expectativas do povo Munduruku, e foram essenciais para compreender e problematizar a constituição da educação escolar na TI Kwatá-Laranjal/AM.

Resultado e Discussão

Registrar a história da educação escolar Munduruku no período de 1920 a 1960, possibilitou entender as experiências que permitiram o primeiro contato com o conhecimento educativo do *pariwat* (não-Munduruku), a implementação da escola indígena e a ressignificação da lógica escolar para um projeto de educação próprio.

A educação do *pariwat* – assim como chamam alguns parentes – começou a se tornar uma questão de interesse para as lideranças tradicionais Munduruku nos idos da década de 1920, pelos seguintes motivos: 1. intervenção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) no território; 2. intensificação da relação dos parentes indígenas com os *pariwat* dentro e fora do território; 3. trânsito dos parentes indígenas nas cidades circundantes ao território; 4. aumento da população; e, por último, a necessidade de ensinar as novas gerações as “coisas” dos *pariwat*.

Na década supracitada, o SPI inicia suas ações junto ao povo Munduruku com a contratação da primeira professora para atuar na aldeia Xadá, assim como afirma Chiquinho, liderança Munduruku: “[...] ela trabalhou pouco tempo porque era muito ruim, ela batia nas

crianças, cortava seus cabelos, obrigava a falar uma língua que não era nossa, na época a gente não sabia o português [...]” (recolha de narrativa realizada nos dias 13 e 17/10/21).

A primeira experiência com a educação do *pariwat* visava a assimilação dos Munduruku à sociedade nacional, usando a violência física e psicológica como base pedagógica. Isso resultou em consequências negativas para a vivência da língua Munduruku, devido à coerção contra o uso da língua indígena.

Insatisfeitos com a violência da professora, pais e lideranças indígenas a expulsaram do território. Contudo, as discussões sobre a educação do *pariwat* persistiram, levando algumas famílias Munduruku a buscar um *pariwat* disposto a ensinar português às suas crianças.

Desse modo, surge a figura do amigo(a)-ensinante, um(a) *pariwat* geralmente conhecido(a) e respeitado(a), com habilidades de leitura e escrita, surgiam como figuras importantes para as famílias Munduruku, provenientes de vilas próximas à TI Kwatá-Laranja. O contato com eles era estabelecido por meio de relações comerciais e participação em festivais regionais, resultando em convites para trabalhar nas aldeias.

Além das aproximações, as famílias se dedicavam para conseguir recursos financeiros a fim de subsidiar a contratação dos(as) amigos(as)-ensinantes, assim como explicam Manuelzinho e Adelson: “[...] nossos pais lavraram madeira, faziam farinha para vender e pagar os professores [...]” (Tuxaua Munduruku. Recolha de narrativa realizada no dia 24/10/21); “[...] os pais faziam *puxirum* para conseguir madeira, carne de caça, frutos, farinha e outras coisas para contratar professores para ensinar seus filhos [...]” (Liderança Munduruku. Recolha de narrativa realizada nos dias 13 e 18/03/22).

Além de arrecadar recursos, os pais construía casas de apoio nas aldeias para os amigos(as)-ensinantes. As aulas básicas eram ministradas nessas casas, e as famílias eram responsáveis por alimentar os amigos(as)-ensinantes, organizando o *puxirum* para obter alimentos.

Os pais sabiam das dificuldades de proporcionar condições mínimas para que os(as) amigos(as)-ensinantes continuassem com as aulas e, por isso, não mediam esforços para tentar convencê-los, se sacrificavam e faziam o que era possível. Por outro lado, devido à falta de estrutura e as dificuldades de pagamento, eles(as) trabalhavam de 1 a 3 meses e depois regressavam para suas casas. Quando isso acontecia, dificilmente voltavam para as aldeias, pois relatavam que não existiam condições ideais para trabalhar e não poderiam ficar distantes de suas famílias.

Em relação a essa realidade, Chiquinho afirma que: “[...] dessa forma não dava para fazer muita coisa né, porque era pouco tempo de estudo, algumas pessoas assimilaram bem, outras não, aí ficava muito a desejar né, porque os pais não tinham muito recurso para pagar o ano todo [...]” (Liderança Munduruku. Recolha de narrativa realizada nos dias 13 e 17/10/21).

Após experiências com a educação do *pariwat*, os Munduruku reconheceram a importância de aprender os conhecimentos dos não-indígenas. No entanto, houve uma divisão dentro do território sobre continuar ou não incentivando a educação das crianças e jovens nesse contexto.

A questão que motivou a cisão não foi a educação do *pariwat* em si, até porque já era consenso que seria importante para o povo, mas a forma, o método imposto que estava influenciando as novas gerações a deixarem de falar a própria língua. Essa preocupação estava presente no imaginário dos(as) mais velhos(as) que vivenciaram, anteriormente, os impactos socioculturais da relação do Munduruku com o *pariwat*.

Apesar das dificuldades, os Munduruku continuaram contratando amigos(as)-ensinantes até os anos 1960, enquanto exploravam outras formas de acesso ao conhecimento do mundo dos não-indígenas. Uma dessas estratégias envolveu a articulação com padres missionários católicos de Belém/PA para atuarem na Vila do Canumã, no rio Canumã, antes de 1940.

A esta experiência, Chiquinho assevera que: [...] meu bisavô, Daniel da Cruz, foi buscar o padre Oliveira lá em Belém/Pa, e aí várias pessoas aprenderam um pouquinho né, assim como também eram obrigados a não falar a nossa língua para aprender a se comunicar melhor [...]” (Liderança Munduruku. Recolha de narrativa realizada nos dias 13 e 17/10/21).

Esses relatos destacam os esforços e sacrifícios feitos pelas lideranças e famílias Munduruku para acessar a educação do *pariwat*, bem como o significado político por trás dessa busca, que visava compreender as dinâmicas do mundo e resistir à exploração de seu território e à usurpação de suas riquezas naturais.

As articulações e estratégias mostram como o povo Munduruku se organiza para resistir às adversidades e lutar por sua existência no território, usando a educação como uma ferramenta fundamental nesse processo.

Considerações

Para os Munduruku, a escola é fundamental em seus projetos de vida, reconhecendo seu papel étnico-político. Não é vista como neutra, mas sim como um espaço intrinsecamente conectado à realidade, que não reproduz lógicas utilitaristas ou apolíticas e não é exclusiva para o tratamento da cultura Munduruku, pois a cultura está presente em todos os aspectos da vida.

Assim, para os Munduruku, seria um erro pensar que ela se restringe ao aspecto étnico do povo. Para eles, sustentar a visão de que a escola seria o único espaço para o ensino dos elementos socioculturais e linguísticos significa reproduzir a lógica redentora de que ela por si só daria conta de contribuir com a manutenção da cultura do povo. Há o consenso de que esse imaginário não contribuiu positivamente como o povo no passado- presente, e deve

continuar sendo problematizada no presente-futuro.

A escola, sendo uma criação do mundo não-indígena, deve ser reinterpretada e apropriada pelos próprios indígenas em colaboração com outros povos e parceiros não-indígenas. Isso envolve um debate amplo sobre o conceito de educação escolar própria, buscando sincronizar diferentes interpretações e romper com a ideia de um único sentido, mas sim acomodar visões complexas e coexistentes em um processo consciente e contínuo de expansão sobre o tema.

A educação escolar Munduruku se torna parte constitutiva dos projetos de vida, pontuando a necessidade de construir currículos e práticas pedagógicas interculturais - Intercientificidade -, objetivando a formação política das novas gerações, conduzindo-os(as) a desenvolver as competências essenciais para ler, interpretar e intervir na realidade concreta. Isto é, a escola se torna mais um ritual para a formação de futuras lideranças Munduruku.

Referências

ARIAS, Patricio Guerrero. CORAZONAR Una Antropología comprometida con la vida: miradas otras desde Abya-Yala para la descolonización del poder, del saber y del ser. Ecuador: Abya-Yala, 2010.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 42-62.

MACEDO, Roberto Sidnei. Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação. 2ª ed. Brasília: Liber Livro, 2010.